Jornal do senado
www.senado.leg.br/jornal
Ano XXII — Nº 4.538 — Brasília, quarta-feira, 29 de junho de 2016

Novas regras para Supersimples voltam à análise dos deputados

Waldemir Barreto/Agência Senado

Relatora do projeto aprovado ontem em sessão presidida por Renan, Marta apresentou substitutivo ao texto dos deputados

O Senado concluiu ontem o último turno de votação da proposta que altera a legislação sobre o regime simplificado de tributação de pequenas empresas

A votação do projeto que muda as regras para o enquadramento das empresas no Supersimples foi concluída ontem no Senado. Como sofreu alterações, a proposta volta para a Câmara, com texto substitutivo da relatora, Marta Suplicy. Ela recebeu sugestões de governadores, da Receita Federal e de entidades representativas. Também acatou emendas de senadores. O projeto se pauta em simplificação, tributação diferenciada e incentivo ao emprego, e o objetivo é fazer mais empresas aderirem ao Simples.

A elevação do teto anual de receita bruta da empresa de pequeno porte para R$ 4,8 milhões e a redução de 20 para 6 faixas de faturamento são algumas das principais alterações propostas. Outras são o parcelamento especial de débitos das empresas em 120 meses; o aumento do limite de receita bruta anual para enquadramento como microempreendedor individual; e a inclusão de microcervejarias, vinícolas, destilarias e serviços médicos e odontológicos entre as atividades que poderão aderir ao Supersimples. 3

Vai a sanção imposto menor sobre remessas de dinheiro ao exterior

Projeto aprovado ontem reduz de 25% para 6% a alíquota do Imposto de Renda sobre envio de dinheiro ao exterior para gastos pessoais em viagens de turismo ou negócios, a serviço ou para treinamento e missões oficiais. A medida vale para despesas de até R$ 20 mil por mês. Também isenta remessas para fins médico-hospitalares, educacionais ou culturais. 3

Jonas Pereira/Agência Senado

Proposta aprovada pelos senadores ontem valerá até 31 de dezembro de 2019

Geraldo Magela/Agência Senado

Viana *(D)* apresenta relatório aprovado em comissão, sob presidência de Gleisi

Reajuste na Justiça será debatido antes da votação em Plenário

O projeto que reajusta os salários dos servidores federais do Judiciário foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos após muita polêmica. Ricardo Ferraço identificou discrepância de R$ 300 milhões entre as estimativas enviadas pelo STF e pelo Conselho Nacional de Justiça e o valor autorizado no Orçamento de 2016. Prevaleceu posição do relator, Jorge Viana, que propôs audiência hoje com o ministro do Planejamento antes de o projeto com aumento de 41,47% ser votado pelo Plenário. 8

Para sindicatos, há risco para direitos de trabalhadores 7

Senado aprova novo embaixador para o Chipre 3

Agricultores pedem segurança em Roraima 6

Embalagem de verduras pode ganhar padrão 7

Comissões de MPs elegem relatores e presidentes 2

Comissão do Impeachment se divide sobre perícia

A perícia de técnicos do Senado nos papéis das pedaladas fiscais e dos decretos de créditos suplementares dividiu os senadores. Para os apoiadores de Dilma, o laudo comprova que a presidente não teve participação direta nas pedaladas. Os adversários destacaram que os decretos eram incompatíveis com a meta fiscal. 4 e 5

Pedro França/Agência Senado – 27/6/2016

O secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira *(3º à esq.)*, recebe laudo

Proposta deve reduzir carimbos e autenticações

A comissão especial de juristas que elabora um anteprojeto para desburocratização deve propor o uso da informatização para reduzir a exigência de carimbos e de reconhecimento de firmas em documentos. 6

O Jornal do Senado não circulou ontem devido a incêndio na subestação de distribuição de energia que abastece o Congresso e outros pontos de Brasília

Comissões que estudam 9 MPs escolhem presidentes

Entre as medidas provisórias em análise no Congresso Nacional, estão a que estabeleceu a nova estrutura ministerial e a que prorrogou a permanência de estrangeiros no Programa Mais Médicos

NOVE COMISSÕES MISTAS encarregadas de analisar medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo escolheram ontem presidentes, vice-presidentes e relatores e iniciaram os trabalhos.

A primeira delas é a que trata da MP 719/2016, que permitiu o uso de até 10% do saldo do FGTS como garantia em operações de crédito consignado. Foi aprovado por aclamação o deputado Lucas Vergilio (SD-GO) para presidir o colegiado.

A indicação dos nomes para a presidência das demais comissões teve que ser revista após um pedido de José Pimentel (PT-CE). O senador argumentou que o PT tem a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados e a terceira no Senado, por isso não poderia ficar fora da mesa das comissões. Houve alterações, com a inclusão do partido.

A MP 720/2016 repassou R$ 1,95 bilhão a estados e municípios em decorrência da Lei Kandir. Para a presidência foi escolhida a senadora Lúcia Vânia (PSB-GO). O vice é o deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE).

Para a comissão da MP 723/2016, que prorrogou por três anos a permanência de estrangeiros no Mais Médicos, foi escolhido o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) como presidente e o senador Benedito de Lira (PP-AL) como vice. Quintão marcou audiência para debater o Mais Médicos na terça. No dia seguinte, o senador Humberto Costa (PT-PE), designado relator, deverá apresentar o relatório.

Marcos Oliveira/Agência Senado

Benedito foi escolhido vice de uma comissão e Lúcia Vânia, presidente de outra

Para a MP 724/2016, foram escolhidos o senador Wellington Fagundes (PR-MT) para a presidência e o deputado Celso Maldaner (PMDB-SC) como vice. A MP prorrogou até maio de 2017 o prazo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural.

Fusão de ministérios

A MP 725/2016 autorizou a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio com cláusula de correção pela variação cambial. Para presidente da comissão, foi escolhido o deputado Carlos Zarattini (PT-SP). O senador Sérgio Petecão (PSD-AC) é o vice.

A primeira medida provisória editada pelo presidente interino Michel Temer foi a MP 726/2016, que trata da reorganização do governo. A medida fundiu ministérios, como o da Ciência e Tecnologia com o das Comunicações. Escolhido para a presidência, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) designou Quintão como relator e o senador Romero Jucá (PMDB-RR) como relator-revisor.

O deputado Julio Lopes (PP-RJ) é o presidente da comissão da MP 727/2016, que criou o Programa de Parcerias de Investimento. O senador Armando Monteiro (PTB-PE) é o vice. Para a relatoria, foi designado o senador Wilder Morais (PP-GO).

A recriação do Ministério da Cultura está prevista na MP 728/2016. O senador Dário Berger (PMDB-SC) é o presidente e o vice é o deputado Marcos Rogério (DEM-RO).

A comissão da MP 729/2016, que ajustou o apoio financeiro suplementar à educação infantil adicionando as crianças que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), será presidida pelo deputado Pedro Fernandes (PTB-MA) com vice-presidência da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP).

JUCÁ VOLTA A SER SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE DO SENADO

Por 42 votos a 7, o Plenário aprovou o retorno de Romero Jucá (PMDB-RR) ao cargo de segundo-vice-presidente da Casa, do qual tinha renunciado para assumir o Ministério do Planejamento. Maior bloco de oposição, a minoria passará a ter Lindbergh Farias (PT-RJ) como líder. A indicação foi elogiada pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, e por Humberto Costa (PT-PE). Sérgio Petecão (PSD-AC) foi aprovado para ser coordenador da Corregedoria Parlamentar do Senado, cargo vago desde 2014.

Jorge Viana quer participação do Senado no Fórum Mundial da Água

Waldemir Barreto/Agência Senado

Jorge Viana (PT-AC) apresentou requerimento para a criação de comissão de senadores destinada a apoiar a organização do 8º Fórum Mundial da Água, que ocorrerá em Brasília em março de 2018. O senador explicou que a comissão não gera despesa e colocará o Senado na organização do fórum, que ocorrerá pela primeira vez na América Latina.

Ele ressaltou a importância do tema, quando o mundo discute a mudança climática.

Evento deve valorizar gestão dos recursos hídricos, afirma Muniz

Waldemir Barreto/Agência Senado

Roberto Muniz (PP-BA) disse esperar que o 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado no Brasil em 2018, conscientize a classe política sobre a importância do tema e chame a atenção para os problemas da gestão de recursos hídricos, que deve estar "no topo da agenda política do mundo".

— A água é direito de todos. Tem que chegar nas torneiras dos brasileiros que precisam e retornar ao meio ambiente tratada.

Garibaldi comemora continuidade da transposição do São Francisco

Waldemir Barreto/Agência Senado

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) comemorou anúncio do governo de Michel Temer de que terão continuidade obras iniciadas em governos anteriores. O senador informou que a transposição do Rio São Francisco é uma delas e ressaltou que a obra é essencial para o Nordeste, que vive a pior seca dos últimos 50 anos.

— Toda a região será beneficiada — afirmou, dizendo faltarem apenas 15% para a conclusão da etapa civil.

Senadores apresentam emendas ao projeto de LDO

Três comissões do Senado aprovaram ontem a inclusão de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2017.

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), uma das emendas aprovadas prevê que, na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Executivo priorize a alocação de recursos para a educação, a saúde e as ações voltadas para crianças de até 6 anos. De Cristovam Buarque (PPS-DF), a emenda visa barrar a limitação de empenho e de movimentação financeira de despesas abrangidas por essas áreas.

Por iniciativa de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a comissão aprovou duas emendas que vedam a redução de recursos utilizados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Outras três emendas, de Cristovam Buarque, Raimundo Lira (PMDB-PB) e Waldemir Moka (PMDB-MS), buscam a promoção de micros e pequenas empresas, o desenvolvimento industrial e o fomento da inovação.

Submarino

Na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), o relatório de José Medeiros (PSD-MT) contempla ações de apoio à extensão tecnológica para inclusão social e desenvolvimento sustentável, projetos de inclusão digital e a construção de um submarino de propulsão nuclear.

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ações de fomento a projetos de conservação e manejo da biodiversidade, de recuperação e preservação das bacias hidrográficas e de controle e fiscalização ambiental.

Segundo o relator na CMA, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), foram apresentadass 13 sugestões de emendas, mas apenas 3 foram acolhidas pelo relator, uma vez que esse é o limite que cada comissão permanente pode oferecer. Também foram aprovadas 12 mudanças de texto à parte normativa da LDO.

Ataídes disse que procurou, de modo geral, contemplar as sugestões que receberam mais apoio dos parlamentares.

Prioridades

As emendas alteram o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Orçamentária 2017, mas caberá à Comissão Mista de Orçamento (CMO) a inclusão das sugestões no relatório final da proposta.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: http://bit.ly/agendaLegislativa

CDR Aviação civil
8h30 Emendas à LDO 2017. Depois, audiência sobre o Plano de Aviação Regional.

CI/CAE/CRE Ferrovia Transcontinental
8h30 A CI analisa emendas à LDO 2017. Depois, debate conjunto com a CAE e a CRE sobre a Ferrovia Transcontinental.

CAS Recursos para a ciência
9h Emendas à LDO 2017 e votação de projetos, incluindo o PLS 181/2016, que destina à ciência recursos do Fundo Social.

CCJ Violência doméstica
10h Pauta com 45 itens, incluindo o PLC 7/2016, sobre atendimento policial e pericial a vítima de violência doméstica.

MEDIDAS PROVISÓRIAS Eleições
10h30 Eleição de presidente e vice da comissão mista da MP 731/2016. Às 10h40, MP 732/2016. Às 10h50, MP 733/2016. Às 11h, MP 734/2016. Às 11h10, MP 735/2016.

CE Emendas à lei orçamentária
10h30 Emendas à LDO 2017.

IMPEACHMENT Testemunhas
11h Última sessão de depoimentos, com quatro testemunhas de defesa.

CDH Emendas à LDO
11h30 Emendas à LDO e pauta com 9 itens

PRESIDÊNCIA Reunião com Dilma
11h30 Encontro com o presidente do BC, Ilan Goldfajn. Às 14h30, reunião com Dilma Rousseff. Às 16h, ordem do dia.

PLENÁRIO Aéreas
14h Votação da MP 714/2016, que amplia capital estrangeiro na aviação nacional.

CAE Reajuste do Judiciário
15h30 Audiência pública com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, para discutir os projetos de reajuste de salários dos servidores do Judiciário e de analistas e técnicos do Ministério Público da União.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: http://bit.ly/plenarioOnline

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: http://bit.ly/comissoesOnline

Mudanças no Supersimples voltam à Câmara

Após acordo, o Senado concluiu ontem a votação do texto sobre novas regras de enquadramento de empresas no regime simplificado

Moreira Mariz/Agência Senado

Marta Suplicy conversa com Romero Jucá em sessão em Plenário na qual o substitutivo dela foi aprovado por unanimidade

O PLENÁRIO CONCLUIU a votação da atualização das regras para o enquadramento das empresas no Supersimples. O texto-base foi aprovado no dia 21 e submetido a um turno extra de análise, por se tratar de um substitutivo.

Com 58 votos a favor — 17 a mais que o mínimo necessário —, o texto foi aprovado por unanimidade na votação em turno suplementar. Como houve alteração por emendas apresentadas no Plenário, a proposta (PLC 125/2015 — Complementar) volta para a Câmara dos Deputados.

Supersimples é a legislação com regras tributárias simplificadas para as empresas de pequeno porte. Diversos senadores destacaram a importância do projeto para as pequenas empresas e para o crescimento econômico do país.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a atualização do Supersimples pode ajudar o Brasil na geração de empregos.

— É um projeto muito importante para elencar um fato positivo, de modo a incentivar a retomada do crescimento da economia do país — declarou.

A relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), explicou que o objetivo das alterações é fazer mais empresas aderirem ao Simples e, consequentemente, gerar mais empregos.

Segundo a senadora, o substitutivo de sua autoria tenta contemplar a maior parte dos interessados. O autor do projeto é o ex-deputado Barbosa Neto. Marta destacou que houve sugestões de governadores, da Receita Federal e de entidades representativas.

— O projeto se pauta no tripé simplificação, tributação diferenciada e incentivo ao emprego — afirmou.

Emendas

Na semana passada, o líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), havia manifestado preocupação com a inclusão de muitas categorias no Supersimples, com receio de "um rombo fiscal muito grande". Junto com Armando Monteiro (PTB-PE), ele apresentou uma emenda para definir o critério de capacidade de geração de emprego (a relação entre folha de pagamento e receita bruta, entre 23% e 28%) para o enquadramento das empresas e das diversas categorias profissionais dentro das faixas que permitem impostos mais baixos. Marta acatou a emenda, que ela considerou "um avanço".

— Quanto mais emprego uma empresa gerar, menos imposto vai pagar. É um critério universal — explicou.

A relatora ainda acatou emendas sobre inclusão de serviços odontológicos, regras de exceção sobre o recolhimento de ISS e ICMS e papel do "investidor anjo" (que será beneficiado pelo Simples já a partir de 2017).

A maioria das medidas entra em vigor em 2018. O projeto também eleva o limite de receita bruta anual para o enquadramento como microempreendedor individual, que passa dos atuais R$ 60 mil para R$ 81 mil.

Acordo

José Pimentel (PT-CE) informou que pedirá aos deputados que façam mais alguns ajustes no texto. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) parabenizou Marta e o líder do governo pelo acordo sobre o texto final.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que o substitutivo permitiu um tratamento mais igualitário entre as categorias profissionais. Ele ainda destacou a importância da legislação do Supersimples para as empresas de pequeno porte.

Novas regras

Supersimples é a legislação (Leis Complementares 123/2006 e 147/2014) com regras tributárias simplificadas para as empresas de pequeno porte. Veja as mudanças nessas regras propostas pelo PLC 125/2015 — Complementar:

TRAMITAÇÃO

Como houve alteração no Senado, o **projeto volta para a Câmara dos Deputados**.

RELATORA

Senadora **Marta Suplicy**

AUTOR

Ex-deputado **Barbosa Neto**

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

- Elevação de R$ 3,6 milhões para R$ 4,8 milhões do **teto anual de receita bruta** da empresa de pequeno porte.
- Redução do número de **faixas de faturamento**, de 20 para **6**, com alíquotas diferentes para cálculo do imposto a ser pago.
- **Parcelamento especial** de débitos das empresas do Simples em 120 meses, com a possibilidade de redução de multas e juros, valendo a partir da edição da lei.
- Aumento do **limite de receita bruta anual** para o enquadramento como microempreendedor individual (MEI) dos atuais R$ 60 mil para **R$ 81 mil**.
- **Ampliação das atividades**: microcervejarias, vinícolas, produtores de licores, destilarias e atividades médicas e odontológicas poderão aderir ao Supersimples.
- Benefícios pelo Simples à figura do **investidor anjo** a partir de 2017.
- Entrada em **vigor** da maioria dos ajustes em 1º de janeiro de **2018**.

Aprovada redução de imposto no envio de dinheiro ao exterior

O envio de dinheiro ao exterior para gastos pessoais em viagens de turismo ou negócios, a serviço ou para treinamento e missões oficiais vai ficar mais em conta.

Os senadores aprovaram ontem a Medida Provisória (MP) 713/2016, que reduz de 25% para 6% o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nessas operações até o limite de R$ 20 mil por mês.

Aprovado na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 12/2016, o texto vai à sanção presidencial. A medida isenta de pagamento do imposto a remessa ao exterior para fins educacionais ou culturais, inclusive para pagamento de taxas escolares, taxas de inscrição em congressos, conclaves, seminários ou assemelhados e taxas de exames de proficiência.

Na saúde, estão livres as transferências para o custeio de despesas médico-hospitalares do remetente pessoa física residente no Brasil ou de seus dependentes.

Relator no Plenário, o senador Dalírio Beber (PSDB-SC) explicou que a comissão mista (senadores e deputados) que analisou a proposta acatou duas emendas das 70 apresentadas. Uma permite que proventos de aposentadoria pagos pela Previdência e transferidos a residentes no exterior tenham a mesma tributação. Outra autoriza alíquota zero para gastos com eventos no exterior para divulgar o Brasil. O senador José Pimentel (PT-CE) reforçou ainda que a medida faz justiça aos bolsistas do Ciência sem Fronteiras.

No caso das operadoras ou agências de viagem, o limite é de R$ 10 mil por passageiro. Para ter direito à redução no valor do imposto, essas empresas precisam ser cadastradas no Ministério do Turismo e a remessa deve ser feita por banco domiciliado no Brasil.

A alíquota de 6% não vale se quem for receber o dinheiro estiver em paraíso fiscal. A alíquota menor vale desde 2 de março deste ano até 31 de dezembro de 2019.

Debate aponta necessidade de mudanças nos sites do poder público

Ferramentas de controle social dos gastos públicos, os portais de transparência foram tema ontem de uma audiência pública na Comissão de Transparência e Governança Pública. No encontro, debateu-se a padronização desses portais em todas as esferas da administração pública, ideia avaliada de modo positivo pelos participantes.

O desafio, segundo eles, é adotar uma linguagem mais simples e organizar as informações de modo que o cidadão possa acessá-las e usá-las com facilidade. Outro ponto citado foi o desnível tecnológico existente nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) em relação aos portais, problema que também se apresenta em relação à consistência e à abrangência das informações.

— Boa razão de estarmos insatisfeitos é porque os dados, que são públicos, não estão sendo acessados em volume significativo — disse Wagner Diniz, gerente-geral no Brasil do Consórcio W3C, organização internacional que estimula ações pelo desenvolvimento da internet.

A audiência foi proposta pelo senador João Capiberibe (PSB-AP), vice-presidente da comissão. Capiberibe é autor do projeto que resultou na criação da Lei da Transparência (Lei Complementar 131/2009), que tornou obrigatória a divulgação na internet de informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados e dos municípios.

O coordenador do DataSenado, Marcos Ruben de Oliveira, falou sobre a criação do Índice de Transparência do Legislativo e do Portal da Transparência do Senado. O índice, que usa critérios como totalidade, prontidão, atualidade e série histórica das informações, permite avaliar as informações do Poder Legislativo nas três esferas da Federação.

— A metodologia foi criada em 2014 e submetida a consulta pública. Recebemos da população várias sugestões. Ela está disponibilizada no Portal de Transparência do Senado — afirmou.

Embaixada do Brasil no Chipre terá novo titular

O Senado aprovou ontem a indicação do diplomata João Inácio Oswald Padilha para a embaixada do Brasil no Chipre. A decisão será encaminhada à Presidência da República.

Ele havia sido sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na quinta-feira, quando lembrou que a ilha tem grandes reservas de gás e um setor portuário que poderia ter parcerias com portos brasileiros.

Laudo elaborado pelo Senado concluiu que três decretos de verbas extras assinados por Dilma sem autorização do Congresso afetaram as contas do governo, mas que a presidente não teve participação direta nas pedaladas fiscais

Para aliados, perícia mostra Dilma inocente, mas oposição vê culpa

A PERÍCIA SOLICITADA pela Comissão Especial do Impeachment concluiu, por um lado, que três decretos de créditos suplementares baixados em 2015 pela presidente afastada Dilma Rousseff sem o aval do Congresso Nacional foram incompatíveis com a meta fiscal de então e, por outro lado, que não houve ato de Dilma no atraso do governo em pagamentos do Plano Safra ao Banco do Brasil, as chamadas pedaladas fiscais. Tanto os decretos quanto as pedaladas embasam o pedido de impeachment da presidente, em análise no Senado.

O laudo da junta pericial foi entregue na segunda ao secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira.

A conclusão da junta pericial causou divergências entre os senadores da Comissão do Impeachment. Enquanto os senadores governistas entenderam que a conclusão da junta reforça o pedido de impeachment, o entendimento dos senadores ligados à presidente afastada foi na direção oposta.

Entre os governistas, José Pimentel (PT-CE) destacou que a perícia não identificou ato de Dilma para os atrasos de pagamento do governo ao Banco do Brasil e frisou que não é possível punir alguém sem o ato de um crime.

Lindbergh Farias (PT-RJ) acrescentou que, no caso dos decretos de crédito suplementar, os peritos reconheceram que Dilma não foi avisada da incompatibilidade com a meta fiscal:

— Está claro que não há crime de responsabilidade por parte de Dilma.

Entre os oposicionistas, Alvaro Dias (PV-PR) se disse surpreendido com os argumentos de alguns senadores de que a perícia enfraqueceria a tese de impeachment, já que "a conclusão é que houve operação de crédito" — o que, para ele, significa constatar crime de responsabilidade.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou que o trabalho da junta foi claro ao identificar as pedaladas, "um desrespeito à Lei de Responsabilidade, usando o Banco do Brasil".

Para José Medeiros (PSD-MT), o resultado da perícia caiu como "uma bomba" sobre a estratégia da defesa.

Na mesma linha, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disse que o que seria um instrumento da defesa agora reforça a acusação. Ele disse que a conclusão da junta mostra o desrespeito do governo Dilma à Constituição:

— As pedaladas fiscais foram, sim, empréstimos bancários. Quanto à autoria, não precisa ser perito para saber que no *Diário Oficial* saiu a assinatura da presidente Dilma Rousseff.

A junta foi criada a pedido da defesa, para examinar os documentos que foram a base do pedido de impeachment. É formada pelos consultores de Orçamento do Senado Diego Prandino Alves e João Henrique Pederiva e pelo diretor-adjunto da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade do Senado, Fernando Álvaro Leão Rincon.

Waldemir Barreto/Agência Senado – 27/6/2016

Os senadores Vanessa, Lindbergh e Medeiros em reunião da Comissão do Impeachment

Meta fiscal

Na avaliação dos peritos, os três decretos suplementares em questão não atendem às exigências previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015 e, portanto, a abertura dos créditos — de R$ 1,7 bilhão, R$ 29,9 milhões e R$ 600,3 milhões — demandaria autorização do Congresso.

Pedro Franco/Agência Senado – 27/6/2016

O secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira (*2º à dir.*), recebe laudo sobre atos que embasam ação contra Dilma Rousseff

De acordo com a junta, no momento da edição dos decretos, a meta vigente era aquela originalmente constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015. Entretanto, conforme os peritos, a meta considerada foi a prevista no Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 5/2015, que só foi transformado em lei em dezembro de 2015.

A junta diz ter verificado que pelo menos uma programação de cada decreto foi executada em 2015, "com consequências fiscais negativas sobre o resultado primário apurado". Os peritos identificaram no episódio um "ato comissivo" (resultante de uma ação) da presidente.

Os peritos concluíram também que os atrasos nos pagamentos devidos pelo Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, por causa de subvenções do Plano Safra, constituem operação de crédito, tendo a União como devedora, "o que afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal". Entretanto, a junta não identificou ato comissivo da presidente "que tenha contribuído direta ou imediatamente para que ocorressem os atrasos nos pagamentos".

Os pagamentos são referentes a subvenções do Tesouro por equalização de taxas de juros no Plano Safra, em benefício dos tomadores de crédito rural contratado no banco. Em dezembro de 2014, segundo os peritos, o valor devido pelo Tesouro ao Banco do Brasil era de R$ 9,51 bilhões. Em dezembro de 2015, de R$ 10,65 bilhões. O atraso no pagamento ficou conhecido como pedaladas fiscais. A demora na compensação ao Banco do Brasil pelos desembolsos do Plano Safra teria o objetivo de "melhorar" os resultados fiscais do governo.

Próximos passos

Os peritos refutam argumentos da defesa de Dilma de que se tratou de prestação de serviço, e não operação de crédito. Afirmou o consultor Alves:

— Todas as parcelas relativas ao exercício de 2015, com vencimento previsto para janeiro, fevereiro até novembro, foram pagas em atraso em meados de dezembro e esses atrasos geraram uma correção, uma atualização do principal no valor de R$ 450 milhões.

Com a apresentação do laudo, a defesa e a acusação tiveram 24 horas para pedir esclarecimentos aos peritos. A junta tem até a sexta-feira para responder os questionamentos.

Até a segunda, os assistentes periciais da defesa e da acusação poderão entregar um contra-laudo concordando com as conclusões da junta ou divergindo delas. Na terça-feira, a comissão debaterá o laudo. Explicou o secretário-geral da Mesa do Senado:

— A perícia tem a função de instruir os juízes, que são os senadores, sobre detalhes técnicos que eventualmente estejam envolvidos no processo. Nesse caso, a perícia técnico-contábil serve para apurar, por exemplo, se eventualmente houve ou não responsabilidade na execução do Plano Safra e se houve ou não decretos que estouraram a meta fiscal.

Veja o laudo da perícia do Senado: http://bit.ly/laudoImpeachment

Apoiadores de Temer não queriam apuração técnica, diz Fátima

Waldemir Barreto/Agência Senado

Fátima Bezerra (PT-RN) disse que perícia feita por técnicos do Senado mostra que a presidente afastada Dilma Rousseff não fez nenhum "ato comissivo" nas pedaladas fiscais. Após lembrar que a perícia só foi realizada após os defensores de Dilma entrarem com recurso no Supremo, Fátima afirmou que os aliados do presidente interino Michel Temer não queriam a perícia porque desconfiavam de qual seria o resultado:

— As testemunhas que lá têm comparecido, inclusive convidadas pela acusação, têm sido muito categóricas ao afirmar que não houve ilegalidade nos atos de Dilma.

Para Medeiros, interino recebeu herança maldita do PT

Waldemir Barreto/Agência Senado

José Medeiros (PSD-MG) disse que o presidente interino Michel Temer recebeu uma série de heranças malditas do governo do PT, como a destruição da Petrobras e da Eletrobras. Para Medeiros, houve ainda problemas de má gestão e desperdício em obras públicas nos governos de Lula e Dilma. Ele apontou irregularidades na administração de fundos de pensão, como o Postalis, dos Correios.

— Temos ainda a herança da ideologia, que levou o país a tomar decisões equivocadas na relação com o resto do mundo, beneficiando ditaduras explícitas ou disfarçadas na África e nas América.

Segundo Ângela, atual governo contraria anseios da sociedade

Waldemir Barreto/Agência Senado

Ângela Portela (PT-RR) afirmou que o afastamento de Dilma Rousseff abriu espaço para um governo "ilegítimo e contrário aos anseios da sociedade". Isso fica evidente, segundo ela, nas propostas do presidente interino Michel Temer, como a limitação do aumento de gastos públicos ao índice da inflação do ano anterior. Se a proposta for aprovada, alertou, setores como saúde e educação poderão sofrer corte, servidores públicos ficarão sem aumentos e órgãos como a Defensoria Pública e o Ministério Público poderão ser prejudicados. Ela ainda criticou a reforma previdenciária que será proposta pelo governo.

Gleisi: "Prisão de Paulo Bernardo foi tentativa de humilhação"

A ação policial na Operação Custo Brasil, deflagrada no dia 23 pela Polícia Federal, foi desnecessária, injusta e ilegal, segundo Gleisi Hoffmann (PT-PR). A senadora disse que a prisão do marido, o ex-ministro do Planejamento e das Comunicações Paulo Bernardo, teve a intenção de "humilhar publicamente" o casal e a família. A senadora criticou o aparato policial envolvendo helicóptero e armas pesadas, a apreensão do computador do seu filho adolescente e a cobertura ao vivo da imprensa.

— Foi uma clara tentativa de humilhar um ex-ministro nos governos Lula e Dilma, que colheu elogios no exercício do seu cargo. É também a tentativa de abalar emocionalmente o trabalho crescente de um grupo de senadores e senadoras que discordam dos argumentos que ora vêm sendo usados para afastar uma presidente legitimamente eleita.

Gleisi destacou o caráter do marido, que jamais "admitiria desvio de dinheiro público". A senadora afirmou que o patrimônio do casal corresponde a dois imóveis comprados antes de 2004 e o apartamento financiado onde mora em Curitiba, adquirido em 2009, que é "confortável, mas jamais luxuoso", completou.

Paulo Bernardo é suspeito de receber R$ 7,6 milhões de propina em esquema irregular de contratação da empresa Consist, que atuava no Ministério do Planejamento e é acusada pelo Ministério Público de desviar dinheiro de empréstimos consignados. Para Gleisi, a prisão foi abusiva, sem provas e sem processo. "Um despropósito", pois, desde o início do processo, em 2015, Paulo Bernardo nunca foi chamado a depor.

Edilson Rodrigues/Agência Senado – 27/6/2016

Gleisi diz que não houve provas nem processo que justificassem prisão

— Qual risco oferecia meu companheiro à ordem pública, à instrução processual, à aplicação da lei? Sempre esteve à disposição das autoridades em endereço conhecido. Nada incrimina meu marido além de delações que os advogados de defesa desconhecem na totalidade.

A senadora agradeceu pelas manifestações de apoio e especialmente à Mesa do Senado pela reclamação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra parte da operação da PF em imóvel de propriedade do Senado.

Aldo Rebelo diz que não houve "frouxidão" nos gastos do governo em 2015

O ex-ministro da Defesa e da Ciência e Tecnologia Aldo Rebelo disse ontem à Comissão do Impeachment nunca ter sido advertido por técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os créditos suplementares que beneficiaram o ministério. Ele foi uma das quatro testemunhas ouvidas ontem pelo colegiado, ao lado de Luís Inácio Adams, ex-advogado-geral da União; Maria Fernanda Ramos Coelho, ex-secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); e Antonio Carlos Stangherlin Rebelo, diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Aldo Rebelo avaliou que não houve "exagero ou frouxidão nos gastos do Executivo" em 2015, período analisado pela denúncia contra Dilma Rousseff. Ele disse que o Ministério da Ciência e Tecnologia, que chefiava naquele ano, só executou R$ 3 bilhões dos R$ 7 bilhões autorizados pelo Congresso.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) insistiu na tese de que os créditos suplementares não poderiam ferir a meta antes do encerramento do exercício financeiro. Além disso, disse que os decretos representaram apenas 0,16% das despesas primárias do governo.

— Se as despesas primárias fossem de R$ 100, estaríamos discutindo aqui R$ 0,16.

O senador Cássio Cunha Lima preferiu comentar o resultado da perícia feita pelo Senado *(leia texto ao lado)*. Segundo ele, no caso dos decretos, ficou evidente a responsabilidade Dilma. Sobre as "pedaladas", afirmou ter havido empréstimo ilegal do Banco do Brasil para a União.

O senador Ronaldo Caiado disse que a presidente considerou o Congresso uma "mera Casa acessória do Executivo" por abrir créditos suplementares sem autorização.

— Quanto às pedaladas, não houve assinatura da presidente porque esconderam a operação, uma ação fraudulenta — acusou.

Já o senador Lindbergh Farias afirmou que o relatório da comissão não poderá incluir a questão das pedaladas, visto que os peritos informaram não ter havido ato direto da presidente.

Adams

Ex-advogado-geral da União, Luís Inácio Adams disse não ser possível tratar como improbidade uma prática até então pactuada como legal.

— O direito não é uma norma de conveniência. É de estabilidade. Deve ser aplicada sempre de forma constante — afirmou.

Adams disse ser muito abrangente o conceito "operação de crédito" na Lei de Responsabilidade Fiscal. Para ele, é improcedente a denúncia de que os atrasos no repasses de subvenções do Plano Safra ao Banco do Brasil seriam operações de crédito em favor da União.

Segundo ele, também havia uma compreensão do TCU de que, para fins de cumprimento da meta fiscal, considerava-se o dia 31 de dezembro, e não os períodos intermediários do ano.

Com esse entendimento, ele avaliou que a presidente afastada não praticou crime de responsabilidade ao editar os decretos, ainda que nas datas das assinaturas houvesse relatórios parciais do TCU indicando o descumprimento da meta.

Safra

Maria Fernanda Ramos Coelho, ex-secretária-executiva do MDA, também afirmou à comissão que subvenções do Plano Safra não podem ser consideradas operações de crédito.

Ela contestou a junta de peritos do Senado, segundo a qual a demora nos pagamentos de subvenções ao Banco do Brasil gerou juros, que foram pagos pelo governo federal, configurando operação de crédito.

— Não houve pagamento de juros, o que houve foi uma atualização monetária, são coisas bastante distintas — disse.

A ex-secretária afirmou ainda que os contratos assinados entre os agricultores e o banco têm taxas de juros subvencionadas pelo governo federal. Mas as normas que regulamentam a equalização dessas taxas (Lei 8.427/1992 e portarias do Banco Central) não preveem prazo para pagamento das subvenções.

— Então, não cabe falar em atraso. Se houvesse atraso, você teria o pagamento da pena, que é o juro de mora — disse.

Justiça

Antonio Carlos Stangherlin Rebelo, do CNJ, explicou que o órgão recebe do Executivo as orientações para a elaboração dos pedidos de créditos e transmite-as aos tribunais. Um dos decretos questionado pela denúncia contra Dilma beneficiou o Poder Judiciário.

— Toda solicitação [de crédito] é objeto de um parecer de mérito do CNJ que é encaminhado ao Executivo como subsídio à análise feita lá. Se o CNJ vislumbrar qualquer impedimento ao atendimento da solicitação, ele emite um parecer desfavorável. O nosso parecer não é vinculante, mas normalmente é aceito.

Stangherlin afirmou que a sua área não lida com a análise do impacto fiscal dos decretos, que é função da Secretaria de Orçamento Federal.

A Comissão do Impeachment ouvirá hoje mais quatro testemunhas da defesa, fechando esta etapa dos trabalhos.

Fotos: Edilson Rodrigues e Jefferson Rudy/Agência Senado

Aldo Rebelo, Luís Inácio Adams, Maria Fernanda Coelho e Antonio Stangherlin falam à comissão como testemunhas da defesa

Patrus: presidente afastada cumpriu princípios constitucionais

O ex-ministro do Desenvolvimento Agrário Patrus Ananias, testemunha de defesa no processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff, afirmou na segunda-feira à Comissão do Impeachment que os fatos que integram a denúncia devem ser analisados à luz do interesse público, não isoladamente, e disse que Dilma cumpriu princípios constitucionais ao garantir dinheiro para políticas sociais.

— O impedimento com base em um fatozinho específico, ainda que houvesse ocorrido, não poderia ser considerado sem uma avaliação dos princípios constitucionais. Se temos as responsabilidades fiscais, temos também diretrizes que obrigam políticas que promovam a justiça social e a inclusão.

Patrus falou sobre os repasses do Tesouro a banco público para equalização de juros do Plano Safra. Os atrasos nesse processo — as pedaladas fiscais — são considerados pela acusação operações de crédito, o que é crime de responsabilidade.

Para o ex-ministro, hoje deputado federal pelo PT, era mais importante priorizar o programa do que assegurar o reembolso dos bancos. Essa decisão, explicou ele, considera o "paradigma do Estado democrático de direito" e o "bem comum".

— Temos uma inadimplência histórica com os pobres, os trabalhadores rurais sem terra, os herdeiros da escravidão, as comunidades indígenas. A administração pública muitas vezes tem que fazer escolhas entre muitas inadimplências. É melhor garantirmos a vida das pessoas e ficarmos com a dívida com bancos, que podem esperar.

Patrus afirmou que não existe responsabilidade direta da presidente nas pedaladas. Isso porque as operações financeiras se dão entre os bancos e os produtores, e o governo entra apenas como mediador na equalização de juros. Ele acrescentou:

— É impossível o gestor acompanhar todas as coisas. Por isso há secretários, ministros, administração indireta.

Patrus ressaltou que, enquanto ocupou o Desenvolvimento Agrário, não recebeu manifestação do TCU sobre o Plano Safra. As instâncias de controle da pasta também não, disse.

Waldemir Barreto/Agência Senado – 27/6/2016

"É melhor garantir vida da pessoas e ficar com dívida dos bancos", diz Patrus

Comissão do Impeachment não deve parar no recesso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou a intenção de manter o recesso parlamentar nas duas últimas semanas de julho, sem que a Comissão do Impeachment interrompa os trabalhos.

— Se for aprovado o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias [LDO] para 2017 na Comissão Mista de Orçamento, vamos votá-la imediatamente no Congresso. Aí teremos o recesso, que funcionará paralelamente à Comissão Especial do Impeachment. Se não for votada a LDO, vamos, a partir de 13 de julho, fazer sessão do Congresso, mas não fazer ordem do dia até 2 de agosto, quando retomaremos os trabalhos no Parlamento.

Juristas: informatização deve eliminar carimbo

Comissão que elabora anteprojeto para desburocratização dos serviços no país também quer reduzir exigência de reconhecimento de firmas e autenticação de documentos

AGENDA BRASIL

EM UM MUNDO informatizado, a exigência de carimbar todo e qualquer documento não faz mais sentido, concluiu a comissão especial de juristas que propõe um anteprojeto para desburocratização do país. Outra ideia da comissão é reduzir a exigência de reconhecimento de firma e de autenticação de documentos em transações com as repartições públicas.

Para o presidente da comissão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell Marques, o anteprojeto trará sugestões para facilitar o exercício da cidadania pelas pessoas. Também deverá propor sanções a quem infringir as regras, para garantir que as leis sejam rigorosamente cumpridas.

Os juristas esperam apresentar ao Senado, até o final do ano, o anteprojeto com a definição de regras que valham para todo o país e que simplifiquem e agilizem o acesso aos serviços públicos e aos serviços prestados por empresas em benefício do cidadão.

A comissão especial (integrada por 17 juristas, entre eles o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal) volta a se reunir em agosto.

Moreira Mariz/Agência Senado – 27/6/2016

João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Campbell, Dias Toffoli e Otavio Luiz Rodrigues Junior são membros da comissão

Trabalhadores rurais de Roraima pedem mais segurança

Diante de relatos de violência no cumprimento de mandados de reintegração de posse em Roraima, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) decidiu, na sexta-feira, pedir mais assistência do governo federal e da Justiça para os trabalhadores rurais do estado. Em diligência, Telmário Mota (PDT-RR) reuniu 400 pessoas na Universidade Federal de Roraima (UFRR) para tratar das denúncias sobre a ocupação da Morada de Anjos, localizada em área rural pertencente à Gleba Cauamé.

Segundo o senador, há informações de que os trabalhadores são diariamente surpreendidos com ação violenta e arbitrária da guarda civil municipal e de fiscais da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional de Boa Vista. Os guardas e fiscais acompanham os empregados das empresas que reivindicam a propriedade da terra ocupada. As ações, diz Telmário, teriam resultado na morte de Evaldo Aristides Vieira, conhecido como Irmão Evaldo, e na agressão a cinco outras pessoas.

Entre as iniciativas encaminhadas durante a diligência, estão pedidos de informações sobre o caso à Polícia Civil de Roraima, ao Ministério Público do estado, ao Ministério da Justiça, à OAB Nacional e ao ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, desembargador Gercino José da Silva.

Gabinete do senador Telmário Mota - 24/6/2016

Telmário Mota *(C)* coordena diligência em Boa Vista sobre reintegração de posse

Diligência

Telmário propôs a diligência em Roraima por julgar necessário ouvir todos os lados e evitar que haja "impunidade, brutalismo e até ilegalidade" nas reintegrações de posse.

Participaram do debate representantes da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura de Roraima (Fetag-RR), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da Federação das Associações de Moradores de Roraima.

Também estiveram presentes na audiência os presidentes da Associação Maanaim, da Comissão de Direitos Humanos da OAB de Roraima e do Fórum do Conselho Regional da Agricultura Familiar de Roraima, além da advogada dos trabalhadores e autora da denúncia, a procuradora-chefe do Instituto de Terras de Roraima e um ex-superintendente regional do Incra no estado.

Vanessa lembra a comemoração do Dia Internacional do Orgulho Gay

Waldemir Barreto/Agência Senado

Em discurso ontem, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou que em 28 de junho comemorou-se o Dia Internacional do Orgulho LGBT, data que marca a luta contra a discriminação e o ódio aos homossexuais. Nesse dia, em 1969, frequentadores de um bar voltado ao público gay foram presos sem razão pela polícia em Nova York, disse a senadora.

Vanessa elogiou a declaração do papa Francisco, que afirmou que os gays e outros marginalizados pela Igreja no passado merecem um pedido de perdão.

Paim celebra primeiro ano da edição do Estatuto da Pessoa com Deficiência

O primeiro ano do Estatuto da Pessoa com Deficiência foi comemorado ontem por Paulo Paim (PT-RS). Segundo o senador, a lei possibilita a emancipação social de 46 milhões de brasileiros.

Paim lembrou a obrigatoriedade de também as escolas privadas promoverem a inserção de alunos com deficiência. Outro avanço é a possibilidade de a pessoa com deficiência mental ou intelectual escolher alguém de sua confiança para atuar como apoiador na tomada de decisões em aspectos da vida civil.

— O estatuto é um instrumento de cidadania para questionar o preconceito, a ignorância e a omissão do Estado.

Eduardo Lopes manifesta preocupação com a violência contra policiais no Rio

Waldemir Barreto/Agência Senado

O fato de ser policial pode significar a morte para um cidadão, especialmente na capital fluminense, afirmou Eduardo Lopes (PRB-RJ).

O senador solidarizou-se com a família de um policial militar de 33 anos assassinado em 23 de junho, na Favela do Jacarezinho, no Rio.

Lopes também relatou ter participado de solenidade de homenagem aos policiais militares do Batalhão da Maré, no Rio de Janeiro, em 24 de junho, pelo êxito em missões de combate ao tráfico de drogas e prisão de ladrões.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

Secretaria de Comunicação Social

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

Secretaria Agência e Jornal do Senado

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Site: www.senado.leg.br/jornal — E-mail: jornal@senado.leg.br — Twitter: @SenadoFederal — facebook.com/SenadoFederal
Tel.: 0800 612211 — Av. N2, Unidade de Apoio 3 do Senado Federal, 70165-920, Brasília, DF

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Sindicatos apontam risco a direitos trabalhistas

Participantes de debate pediram a rejeição de propostas que restringem garantias do trabalhador e defenderam ampla reforma política como saída para a crise econômica

A SAÍDA PARA a crise econômica começa pela política, com a realização de novas eleições e a aprovação de ampla reforma. Além disso, devem ser barradas propostas que precarizem direitos dos trabalhadores, como a ampliação da terceirização e as mudanças na aposentadoria. Essas foram algumas das sugestões dos sindicalistas que participaram de ciclo de debates sobre democracia e direitos humanos, com foco no desemprego, promovido na Comissão de Direitos Humanos (CDH) na segunda-feira.

Os debatedores afirmaram que o governo interino de Michel Temer, em nome do ajuste fiscal, avança sobre direitos dos trabalhadores, já fragilizados. Eles pediram a rejeição do projeto que amplia a terceirização (PLC 30/2015). Segundo os sindicalistas, a proposta abre margem para o empresariado demitir empregados e contratar outros com salários mais baixos, entre outras manobras.

Duranet a reunião, houve críticas a projetos que buscam passar a sindicatos e associações a iniciativa de negociar pontos hoje protegidos por lei.

— É preciso barrar qualquer projeto que tenha prevalência do negociado sobre o legislado — disse Avanilson Araújo, da Central Sindical e Popular.

Edilson Rodrigues/Agência Senado – 27/06/2016

Em audiência presidida por Paim *(4 º à esq.)*, sindicalistas e representante do Ministério do Trabalho debatem desemprego

Previdência

Esse quadro se soma à diminuição de direitos previdenciários ocorrida ainda no governo Dilma Rousseff, que reduziu a abrangência do seguro-defeso, da pensão por morte e do seguro-desemprego, afirmou Flauzino Neto, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. O temor agora é com a idade mínima para a aposentadoria, ressaltou.

— A saída para a crise não pode ser só o remédio amargo, o ajuste fiscal. No sistema capitalista, só se aperta no trabalhador — lamentou.

Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH, foi o propositor da audiência. O senador ressaltou que as demandas dos sindicalistas contam com o apoio dele. Para Paim, a saída para crise depende de "solução política", com alternativas que não signifiquem jogar os custos do ajuste sobre "as costas dos trabalhadores e servidores".

Itamar Kunert, da Central dos Sindicatos Brasileiros, defendeu o auxílio do Estado no socorro à economia, mas com exigência de contrapartidas para os setores beneficiados. Ele criticou benefícios concedidas à indústria automobilística nos últimos anos, que não resultaram em reinvestimento do dinheiro no país, mas sim em aumento da remessa de lucros para sedes no exterior.

Redução de jornada

Ruth Monteiro, da Força Sindical, defendeu que o governo adote medidas proativas para estimular a retomada da economia, com incentivo a setores específicos. Ela criticou a longa jornada de trabalho dos brasileiros e sugeriu que seja reduzida pelo menos para 40 horas semanais.

— É impossível avançar na tecnologia e na produtividade e permanecer com uma jornada de séculos atrás — afirmou.

Houve alertas de que a situação social ficará ainda pior em outubro e novembro, quando muitos trabalhadores deixarão de receber o seguro-desemprego. Dados apresentados pelo representante do Ministério do Trabalho, Mário Magalhães, mostram que já houve recuo na taxa de cobertura do seguro-desemprego, de 72,5% dos demitidos sem justa causa em 2013 para 62,6% em 2016.

Clóvis Scherer, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese), mostrou que o emprego formal caiu abruptamente nos últimos dois anos, inclusive na indústria de transformação e na construção civil, setor que puxou o emprego nos anos anteriores.

Wadilson Maia Aranha, da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil, condenou estratégias que os empregadores do setor estão usando para rebaixar salários da categoria, inclusive mudando o nome de funções para camuflar atividades-fim e, assim, poder terceirizar serviços.

Avança proposta que determina regras para embalagens de frutas e verduras in natura

Embalagens de frutas e verduras não processadas (in natura) poderão ter, de forma obrigatória, itens de proteção ao produto. É o que estabelece o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 203/2015, aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA). O texto segue agora para a Comissão de Agricultura (CRA).

A relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), manifestou apoio à aprovação do projeto. A senadora explicou que o PLC 203/2015 reforça a necessidade de os invólucros desses produtos serem mantidos higienizados, apresentando dimensões que permitam empilhamento, preferencialmente em paletes. Valdir Raupp (PMDB-RO) leu o relatório favorável à aprovação.

O texto prevê que as embalagens, que podem ser descartáveis ou retornáveis, atendam a requisitos de qualidade, de acordo com as disposições específicas referentes às boas práticas de fabricação, ao uso apropriado e às normas higiênico-sanitárias de alimentos, sem prejuízo das exigências de outras leis específicas.

Comissão quer ouvir Anatel e Oi sobre pedido de recuperação judicial da empresa de telefonia

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) aprovou ontem requerimento para ouvir representantes da Oi e da Anatel sobre os impactos para os consumidores do pedido de recuperação judicial da empresa de telefonia. O pedido, feito pela Oi no dia 20, tem o intuito de tentar reestruturar a dívida da empresa, que gira em torno de R$ 65 bilhões.

A ideia da audiência pública, que ainda será agendada, foi apresentada pelo presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA). O senador quer que a Anatel aborde os problemas dos serviços de telefonia móvel, de TV por assinatura e da banda larga.

— A Anatel tem sido complacente e conivente com os erros e a má qualidade dos serviços no país. Não é só a Oi, é a Vivo, a Claro, a Tim, a Sky. O consumidor está sendo permanentemente lesado — disse Otto.

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) sugeriu que o Senado instale uma CPI da Anatel e das empresas de telefonia:

— Como a Anatel deixou chegar nesse ponto? — questionou.

Malta elogia Polícia Federal e pede criação da CPI da Lei Rouanet

Waldemir Barreto/Agência Senado

Magno Malta (PR-ES) elogiou a Operação Boca Livre, da Polícia Federal, que resultou na prisão, ontem, de pessoas acusadas de desviar R$ 180 milhões em projetos beneficiários da Lei Rouanet, de apoio à cultura. Ele defendeu a criação de uma CPI para investigar as irregularidades.

— Projetos para a comunidade indígena ou a comunidade que difunde a cultura da capoeira ou do bumba meu boi, esses são jogados, porque não têm nenhum valor. Mas de milhões, para essas quadrilhas, tudo é liberado.

Dário critica burocracia para concessão de licenças de pesca

Waldemir Barreto/Agência Senado

Dário Berger (PMDB-SC) disse que a burocracia e a "falta de vontade" inviabilizam a pesca industrial em Santa Catarina, maior produtor de pescados do país. Segundo o senador, em 2014 e 2015, o governo expediu normalmente as licenças de embarcações, mas, neste ano, a pesca da tainha está chegando ao fim e apenas quatro licenças foram expedidas.

— Isso demonstra a [falta de] eficiência do governo para com as atividades produtivas num momento em que precisamos incentivar a iniciativa privada.

Humberto: Temer faz "desmonte" de órgãos ligados à área social

Waldemir Barreto/Agência Senado

Humberto Costa (PT-PE) criticou portaria do governo de Michel Temer que paralisa o funcionamento das áreas relacionadas aos direitos humanos por 90 dias. O senador disse que o "desmonte" atinge também o Conselho Nacional de Educação.

Enquanto acaba com medidas de proteção social, o governo interino prepara acordos para proteger aliados, afirmou o senador, referindo-se a notícia de que o pacote de medidas contra a corrupção proposto pelo Ministério Público será engavetado por Temer.

Moka rebate acusações sobre cortes em programas federais

Waldemir Barreto/Agência Senado

Waldemir Moka (PMDB-MS) rebateu as críticas da oposição ao desmonte de programas sociais pelo governo de Michel Temer. Ele afirmou que, por causa de "esqueletos guardados" pelo governo Dilma Rousseff, Temer foi obrigado a fazer cortes no Orçamento, o que causou a redução de recursos para alguns programas, como o Minha Casa, Minha Vida.

— Estamos vivendo uma crise sem precedentes. Se não tomarmos cuidado, vamos transformar isso numa disputa, que em nada ajuda o país.

Reguffe apoia limite a gasto público e rejeita PEC da desvinculação

Waldemir Barreto/Agência Senado

Reguffe (sem partido-DF) definiu como "responsável e necessária" a proposta de emenda à Constituição que limita o crescimento dos gastos públicos à inflação do ano anterior. Ele admitiu que a medida, proposta pelo governo Temer, pode ser impopular, mas merece apoio porque o governo não pode gastar mais do que arrecada.

Por outro lado, o senador declarou voto contrário à PEC da Desvinculação de Receitas da União, a nova PEC da DRU, que tem apoio da base do governo Temer.

Aprovado, reajuste do Judiciário vai a Plenário

Aumento de 41,47% para os servidores da Justiça Federal causou muita polêmica sobre impacto nas contas públicas. Hoje haverá audiência com ministro do Planejamento

Geraldo Magela/Agência Senado

Sob a presidência de Gleisi, Comissão de Assuntos Econômicos aprovou relatório de Viana que propôs ouvir Dyogo Oliveira para esclarecer dúvidas sobre reajuste

O REAJUSTE DE salários dos servidores do Judiciário foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em meio a polêmica sobre o impacto da medida nas contas públicas. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 29/2016 será agora votado pelo Plenário. Antes, porém, os senadores ouvirão o ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira. Em audiência pública hoje, às 15h30, o ministro deve falar sobre as consequências de todos esses aumentos para o ajuste fiscal. Ao todo, são 14 propostas com reajustes salariais aprovadas pela Câmara, para servidores federais.

O projeto provocou muita polêmica na CAE. Na terça-feira passada, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) apontou a ausência, na proposta, de todos os dados do impacto orçamentário e financeiro do reajuste. A pedido da CAE, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) encaminharam novas informações, mas ontem Ferraço identificou diferença de R$ 300 milhões entre a estimativa informada pelo STF e pelo CNJ e o valor autorizado no Orçamento de 2016 para cobrir o reajuste.

Vários integrantes da CAE, como José Aníbal (PSDB-SP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Armando Monteiro (PTB-PE), sugeriram realizar audiência antes da aprovação do projeto pela comissão. José Agripino (DEM-RN) considerou a iniciativa importante porque a polêmica mostrou que a base do governo está dividida quanto à questão.

Entretanto, prevaleceu a proposta do relator, Jorge Viana (PT-AC), de aprovar o reajuste na CAE e realizar a audiência com o ministro do Planejamento o mais rápido possível, a fim de esclarecer as dúvidas dos senadores antes da votação em Plenário. O requerimento foi aprovado com adendo de Flexa para que seja debatido o impacto de todos os 14 projetos de reajustes.

Pela liderança do PMDB, Romero Jucá (RR) defendeu a aprovação imediata do reajuste, sob o argumento de que ele está dentro do Orçamento e do limitador de gastos. Como líder da minoria, Lindbergh Farias (PT-RJ) também propôs a aprovação do projeto e cobrou coerência de senadores que, na oposição, defendiam o projeto e agora o condenam.

Oito parcelas

O PLC 29/2016 estabelece reajuste de 41,47% para os servidores federais, escalonado em oito parcelas, de junho de 2016 a julho de 2019. A gratificação judiciária, que corresponde a 90% do vencimento básico, aumentará 140% até janeiro de 2019. O projeto concede, a partir de janeiro de 2016, reajuste de até 25% para os cargos em comissão, percentual equivalente ao do Executivo. Os técnicos judiciários com curso superior receberão adicional de qualificação, obtendo benefício concedido aos que têm pós-graduação.

Temer sanciona com vetos aumento de salários do Senado

O projeto que reajusta a remuneração dos servidores efetivos do Senado foi sancionado com vetos. Pela nova lei (Lei 13.302/2016), o reajuste, de 21,3%, será escalonado em quatro anos. Aprovado pelos senadores em 17 de dezembro de 2015, o PLS 553/2015 só obteve aprovação na Câmara dos Deputados em 1º de junho.

Os salários devem ser reajustados em 5,5% imediatamente. Porém, o presidente interino Michel Temer vetou o dispositivo que garantia a aplicação do reajuste a partir de 1º de janeiro deste ano.

Sobre as remunerações vigentes em 31 de dezembro de 2016, serão aplicados 5% a partir de 1º de janeiro de 2017. Em 1º de janeiro de 2018 o reajuste será de 4,8% e, a partir de 1º de janeiro de 2019, de 4,5%.

Os consultores legislativos, consultores de orçamentos e advogados terão aumento na gratificação de atividade legislativa de 1,2 vez o maior vencimento para 1,66 se estiverem no exercício de função comissionada FC-3, FC-4 ou FC-5.

Temer também vetou artigo que convalidava atos do Senado que concederam incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada praticados até a publicação da nova lei, considerados indevidos pelo TCU.

Debate aponta que fusão de ministérios traz riscos a programas

A fusão dos Ministérios de Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Inovação, adotada no governo de Michel Temer, foi considerada controversa. Se por um lado a redução de estrutura física e cargos reduz custos para o contribuinte, por outro pode prejudicar a adoção de políticas públicas que atendam as especificidades dos dois setores e a garantia da comunicação como direito fundamental, de acordo com o debate realizado ontem na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A secretária-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Bia Barbosa, disse recear que a postura do governo Temer, que extinguiu pastas ligadas aos direitos humanos e minorias, reflita a não compreensão da comunicação como direito fundamental, papel primordial do Estado, na visão dela.

Tanto o FNDC quanto outras entidades, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), temem que o novo ministério não intervenha e promova a pluralidade, como assegurar a universalização da banda larga. Segundo Bia, até mesmo essa prioridade do ministro Gilberto Kassab corre risco, se for deixada apenas na mão do mercado.

— Temos 40% da sociedade sem acesso à internet. Se o Estado não fomentar esse acesso, inclusive com políticas que o responsabilizem por esse papel, vamos continuar a ter cidadãos com acesso e outros que nunca vão entender e poder usufruir dessas tecnologias — alertou.

Ela citou o atraso na publicação de dois editais para a outorga de rádios comunitárias em comunidades tradicionais e educativas, enquanto 32 deputados e 8 senadores são beneficiários de concessões de rádio, mesmo havendo impedimento na Constituição. Bia informou que há ação no Supremo Tribunal Federal para cassar essas autorizações.

Por outro lado, representantes das emissoras de rádio e televisão defenderam a fusão. O presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), Luiz Claudio Costa, disse que o importante é a redução orçamentária.

— Se é ministério exclusivo ou fundido, isso é menos importante. Temos que nos preocupar é com a continuidade dos projetos prioritários que não podem ser interrompidos.

Entre essas prioridades, Costa citou o desligamento da TV analógica, previsto para outubro em Brasília, e a migração das rádios AM, cuja frequência deixará de existir, para FM. O presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Daniel Slaviero, afirmou que ciência, tecnologia, comunicação, banda larga e evolução digital são convergentes e podem dar certo em uma pasta só.

Para o chefe da Assessoria Técnica da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Leonardo Euler de Morais, o legado do extinto Ministério das Comunicações pode ser preservado e ampliado. Ele avaliou a possibilidade de a Anatel receber funções relativas à radiodifusão:

— A Anatel conta com quadro técnico qualificado, competente e presente em todas as capitais do Brasil. Se for decidido assumir questões operacionais sobre outorga de radiodifusão, teremos que discutir aporte de capital humano e recursos orçamentários.

O presidente da comissão, Lasier Martins (PDT-RS), informou que Kassab será convidado a novo debate sobre a fusão, agora pela óptica das comunicações, já que discutiu a parte de ciência e tecnologia.

Pedro França/Agência Senado

Audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia, presidida por Lasier *(C)*, mostrou que fusão reduz custos, mas é controversa